

AGB em Debate

Maio/2011 – Diretoria Executiva Nacional – Associação dos Geógrafos Brasileiros –

DEN - AGB Gestão 2010-2012



Editorial

Está nas telas o AGB em Debate! Com a finalidade de materializar-se nas diversas frentes onde os geógrafos são chamados a intervir, pretende prioritariamente contribuir para trazer a público questões e situações nas quais podemos e devemos explicitar posições. A decisão de retomar a produção do AGB em Debate resulta da avaliação da necessidade de manter um canal para a exposição das ações e análise dos associados, das Seções Locais, GTs e da DEN.

A imensa capilaridade nacional do discurso geográfico atingida pelas diversas práticas dos geógrafos solicita, cada vez mais, o diálogo franco das informações e análises. Na torrencial enxurrada de notícias, comunicados e apelos, nem sempre o mais urgente e importante vem à tona. Longe de ser um crivo, o AGB em Debate é mais um meio para a comunicação.

As contribuições trazidas neste número expressam a natureza da urgência das questões. São exemplos que podem ser multiplicados por todo o território nacional. Em tempos da retomada do progresso a qualquer custo, torna-se explícita a face mais soberba da dominação. As contradições históricas da formação nacional ganham evidência empírica cotidianas. Nos pretensos candidatos ao nível de países emergidos ou emergentes apresenta-se o velho conteúdo na nova forma. Em nome da modernização da infraestrutura para o espetáculo global rescinde o odor eterno da expropriação da terra e do tempo de vida sob a forma do trabalho.

Importa também colocar em evidência os ajustes da crise global realizados como supressão de conquistas históricas nos países da “zona de conforto” capitalista ao mesmo tempo em que nações movem-se na luta da conquista de uma democracia participativa e, talvez, autônoma. São sempre interessantes os tempos quando os vivos podem produzir o novo. Nestes termos, a ação preme do político deve tornar-se manifesta. É onde queremos nos encontrar.

Nesta Edição

- *Editorial* 1
- *Moção de repúdio pela tentativa de expulsão de Maria de Nazareth das ilhas de Sirinhaém e pela imediata criação da Reserva Extrativista Sirinhaém / Ipojuca.* (Moção da 105ª RGC) 2
- *Quilombo da Família Silva e a participação da AGB-PA* (Angela Faria da Costa, Vitor Villar Barreto, AGB-PA) 2
- *Los indígenas e la Questión Nacional* (Carlos Walter Porto-Gonçalves) 4
- *Comunidade dos Areais da Ribanceira X Votorantim em Imbituba-SC.* (Silvio Marcio Montenegro Machado) 7
- *Comunicado da DEN gestão 2010-2012 a todos os associados.* 8

MOÇÃO DE REPÚDIO PELA TENTATIVA DE EXPULSÃO DE MARIA DE NAZARETH DAS ILHAS DE SIRINHAÉM E PELA IMEDIATA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA SIRINHAÉM / IPOJUCA.*

O direito à propriedade não pode estar acima do direito à Vida. A memória das lutas enfrentadas, da violência sofrida, do sangue derramado, denuncia o agrohidronegócio como um modelo devastador da natureza, superexplorador do trabalho humano, inclusive com trabalho escravo, concentrador de terra, água e de renda, como o projeto da morte. O povo do campo grita e resiste em defesa da vida, da natureza, dos valores da cultura camponesa. A agricultura camponesa e seus protagonistas são os verdadeiros guardiões da natureza, das sementes, das águas, da mãe terra, sendo este, um projeto de vida. Dentro deste contexto, nas 17 ilhas do estuário do Rio Sirinhaém, Zona da Mata Sul de Pernambuco, existe um conflito entre uma população tradicional de pescadores e a usina Trapiche. Das 53 famílias que viviam há décadas nas ilhas, 51 foram expulsas pela ganância da usina sob ameaças de morte, queima de casas e destruição das plantações. Apenas duas famílias permanecem resistindo no local, sob ameaças de serem expulsas judicialmente.

Na manhã desta quinta-feira, dia 28, no município de Sirinhaém, foi realizada a audiência para negociar os termos do despejo de uma das últimas famílias de pescadores tradicionais, que há décadas vive nas Ilhas de Sirinhaém. Como resultado da audiência, a pescadora Maria de Nazareth terá até o dia 04 de novembro de 2010 para aceitar as propostas impostas pela Usina: sair das Ilhas e morar na periferia da cidade. Caso não aceite o acordo, o Juiz que acompanha o caso, Luiz Mário de Miranda, afirmou que executará a reintegração de posse, expulsando Nazareth e seus filhos das Ilhas. Maria de Nazareth garantiu que não aceitará nenhum acordo e que permanecerá nas Ilhas.

Além destas, outras 8 mil famílias que vivem no entorno

“Das 53 famílias que viviam há décadas nas ilhas, 51 foram expulsas pela ganância da usina sob ameaças de morte, queima de casas e destruição das plantações. Apenas duas famílias permanecem resistindo no local, sob ameaças de serem expulsas judicialmente.”

das ilhas, e que dependem da pesca, sofrem com a poluição das águas e da terra, com a degradação dos manguezais, das áreas de restinga e das matas ciliares, provocadas pela usina Trapiche, esse agronegócio alcoolizado, em seu processo de produção do açúcar e do etanol.

Dessa forma, nós geógrafos que fazemos a AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, em nossa 105ª Reunião de Gestão Coletiva, entre os dias 30 e 31 de outubro e 01 e 02 de novembro, em João Pessoa, repudiamos o fato da possibilidade de Maria de Nazareth pode ser expulsa das Ilhas, lugar onde ela nasceu e se criou. Como forma de dirimir o conflito apoiamos e exigimos a imediata criação da Reserva Extrativista Sirinhaém/Ipojuca, como forma de garantir a vida plena e abundante naquele chão brasileiro.

RELATO DA PARTICIPAÇÃO DA AGB-PA JUNTO AO QUILOMBO DA FAMÍLIA SILVA, EM PORTO ALEGRE.

Além de um espaço de resistência e de esperança, um espaço de lucidez.

Angela Faria da Costa

Vitor Villar Barreto

Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto Alegre

Histórico:

O Quilombo da família Silva foi o primeiro quilombo urbano a receber a titulação no Brasil, em setembro de 2009. É atualmente uma área de 6500 metros quadrados, situada no que antigamente era uma região de chácaras na capital do RS, mas que hoje é o bairro com o metro quadrado urbano mais caro da cidade, próximo dos Shoppings Iguatemi, Bourbon Contry e do Contry Clube de Porto Alegre.

A área foi ocupada na primeira metade do século XX por descendentes de famílias submetidas à escravidão que buscavam

um lugar para construir suas vidas junto de suas famílias. Os atuais moradores são ainda da mesma família que ocupou inicialmente a área.

A partir de um determinado momento, com a expansão do tecido urbano, a realocação de algumas comunidades pobres do entorno e a extrema

valorização da área, a comunidade passou a ser constantemente assediada. Primeiro houve tentativa de compra da área por especuladores. Posteriormente, diante das negativas em vender, a comunidade foi vítima de diversos artifícios que possibilitaram que parte da área fosse grilada pelos mesmos especuladores, que se aproveitavam do baixo nível de escolaridade e conhecimento dos próprios direitos pelos moradores. Como última forma de pressionar a comunidade, ainda foram seguidamente vitimados por ações de violência, simbólica e sobretudo por parte da polícia, que compactua com os interesses do poder econômico, marca do bairro Três Figueiras, onde se situa o quilombo.

O reconhecimento:

O reconhecimento da área como remanescente de quilombo foi resultado de uma intensa luta, a partir da consciência da existência do direito legado pela Constituição de 1988, e através da mobilização de membros da comunidade junto ao movimento social negro e popular, em especial o Movimento Negro Unificado - MNU. Ocorreu em um momento no qual a comunidade via-se em grande risco de perder o que restava da área, cerca de 3500 metros quadrados que ainda não haviam sido grilados e tomados pelos condomínios de luxo que hoje circundam o quilombo. Dessa forma, sendo o primeiro quilombo urbano do Brasil a receber a titulação, tornou-se um marco de luta e resistência popular e um símbolo de mobilização reconhecido em todo o país.

O contato dos profissionais e estudantes de Geografia com os quilombos já é consolidado pela articulação dos estudos acadêmicos com as necessidades das comunidades. Muitos dos estudos e da documentação elaborados nos processos de reconhecimento e titulação são produzidos a partir dos

fundamentos teóricos da Geografia, assim como da História e Antropologia, sem desprezar outros campos dos saberes. Os

quilombos representam hoje um expressivo laboratório das práticas sociais de produção dos espaços - sobretudo espaços de resistência - que os mantém sob a mira constante do interesse acadêmico. Por esse motivo muitos trabalhos tem sido

realizados na Geografia com o tema quilombola.

A luta hoje e a participação da AGB-PA:

Em 2010 a comunidade do Quilombo da Família Silva passou a ser vítima, com mais intensidade, das práticas de violência racista institucional levadas a cabo pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Reflexo de um período obscuro no qual o governo do Estado trabalha exclusivamente pelos interesses hegemônicos do capital dominante, as ações de racismo chegaram ao ápice ao final do mês de agosto, quando após uma abordagem policial, na qual foram revistados crianças, adolescentes, uma força policial fortemente armada invadiu a área do quilombo, desprezando a sinalização que existe no local indicando tratar-se de uma área federal de acesso restrito. Ato contínuo, espancaram alguns membros da comunidade, levando um deles preso e algemado, sem motivação aparente, e submetendo-o a maus-tratos e humilhações por horas no posto policial do bairro, até a chegada do advogado do MNU. Vale ressaltar que até hoje não há sequer um membro da comunidade que tenha tido passagem pela polícia por motivo de crime de espécie alguma.

O ato de violência provocou revolta entre os movimentos sociais e apoiadores da comunidade, que sempre foi um pólo de resistência entre ativistas sociais da cidade e do estado. Nos dias seguintes à ação da polícia foi constituído um Comitê de Apoio ao Quilombo da Família Silva, em uma grande assembleia popular realizada na área do quilombo, onde diversas entidades e grupos sociais estiveram presentes, contanto inclusive com observadores internacionais dos direitos humanos. Dentre as mais de 15 entidades presentes na assembleia, podemos citar diversos sindicatos, grupos culturais, movimentos sociais e autônomos, partidos políticos, associações culturais e religiosas.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Porto

“Em 2010 a comunidade do Quilombo da Família Silva passou a ser vítima, com mais intensidade, das práticas de violência racista institucional levadas a cabo pela Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Reflexo de um período obscuro no qual o governo do Estado trabalha exclusivamente pelos interesses hegemônicos do capital dominante”

Alegre esteve presente nessa assembleia com dois integrantes da Comissão de Cidade Campo, que propõe a articulação entre a entidade e os movimentos sociais. Como integrante do comitê de apoio, segue desde então participando de todas as reuniões e atos propostos, onde além de se buscar uma reparação do Estado pelo acontecido, propõe-se a construção de ações voltadas para a consolidação e reconhecimento da comunidade, com propostas que contemplem o futuro de resistência do Quilombo. Entre as ações realizadas desde então, todas as quais subscritas formal ou informalmente pela AGB-PA, listamos algumas:

- ✓ **Denúncia do ato de violência junto ao Ministério Público Federal, ao INCRA, SEPIR (Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial do Governo Federal) e Fundação Palmares;**
- ✓ **Ato de Protesto e pedido de providências junto a sede do INCRA do RS, com caminhada e ato de protesto em frente a sede do Governo do Estado;**
- ✓ **Reunião com o chefe da Casa Civil e Secretário de Segurança Pública do RS;**
- ✓ **Organização do ato de comemoração de primeiro ano de titulação do Quilombo;**
- ✓ **Denúncia junto ao Comitê Estadual de Combate à Tortura do RS;**
- ✓ **Reunião com a Procuradoria Chefe da Fundação Palmares e Comitê de Combate à Tortura, na Assembleia Legislativa do RS;**
- ✓ **Organização de uma comissão de habitação popular para elaboração de projeto habitacional na comunidade, através de financiamento da CEF;**
- ✓ **Organização da mobilização para atividades na semana da Consciência Negra no RS;**
- ✓ **Elaboração de laudo técnico - jurídico para desafetação de duas ruas cujo traçado projetado incide sobre a área do quilombo, junto à Prefeitura de Porto Alegre.**

Dentre as ações realizadas em caráter de mobilização permanente, ressaltamos que a importância da AGB-PA tem aumentado gradativamente, diante da participação crescente de seus membros e da capacidade de responder a demandas pontuais e objetivas, destacando-se como única entidade profissional de participação efetiva no movimento.

Atualmente seguem agregando-se na mobilização outras entidades e grupos sociais, sobretudo de caráter cultural, ao que, em recente assembleia, foi denominado por uma liderança do MNU, Sra. Vera Rosane, ao comentar a participação da AGB e desses grupos, como um momento de construção de (nas palavras dela): além de um espaço de resistência e de esperança, um espaço de lucidez.

LOS INDÍGENAS Y LA CUESTIÓN NACIONAL (O DE ONGS Y DE TRANSNACIONALES)

Carlos Walter Porto-Gonçalves

La cuestión de la demarcación de los territorios indígenas en la Sierra de Perijá que involucra a los Yukpas, Bari y Wayuu, de un lado, y a los hacendados, militares y funcionarios del gobierno, del otro, ha desatado un debate político que recientemente adquirió dimensiones nacionales y, como no puede dejar de ser, con implicaciones internacionales. Los indígenas, como ha sucedido desde hace 518 años, están divididos en la lucha e, insisto, esta división es constitutiva de la cuestión nacional en lo que concierne a los pueblos originarios. A fin de cuentas, desde el primer momento los indígenas o fueron cooptados o considerados canibales, de acuerdo al ensayista colombiano Carlos Jáuregui quien nos aclara en su bellissimo libro “Canibalia: canibalismo, calibanismo, antropofagia cultural y consumo en América Latina”, merecidamente premiado por Casa de las Américas de Cuba, (La Habana, Cuba, Fondo Editorial Casa de las Américas, 2005).

La revolución bolivariana desatada en 1998 con la candidatura de Hugo Chávez a la presidencia de la República provocó que una Venezuela Profunda emergiera actualizando las luchas del indígena Cacique Guaicaipuro (1530-1568), del líder negro José Leonardo Chirino (1754-1796) y del *criollo* Simón Bolívar (1783-1830). La derecha venezolana, hasta hoy no perdona a Chávez por haber despertado estos *demonios*. No fue un proceso aislado en “nuestra América”, sino que forma parte del protagonismo indígena que comienza a afirmarse de diferentes modos en la guerrilla guatemalteca a finales de los años 1970, en la guerrilla katarista en Bolivia, en la resistencia de los Miskitos en Nicaragua, en las Marchas por la Dignidad y por el Territorio realizadas en Bolivia y en Ecuador en 1990, en la resignificación de la fecha de 1992 reivindicando “otros 500”, en el Levantamiento Zapatista del 1º de Janeiro de 1994 contra la nova cara del *globalitarismo* (Milton Santos) y su NAFTA* [<file:///P:/alaiweb/Los%20IndÃgenas%20y%20la%20cuestiÃn%20nacional.doc#_ftn1>](file:///P:/alaiweb/Los%20IndÃgenas%20y%20la%20cuestiÃn%20nacional.doc#_ftn1), en el destacadísimo papel desempeñado por los indígenas y los campesinos en la expulsión de la primera multinacional que intentaba privatizar el agua em Cochabamba en el año 2000. Sin duda, el momento máximo de esta lucha fue la

elección y toma de posesión de Evo Morales Ayma en Bolivia en Enero de 2006. Hay un punto en común entre cada uno de estos casos: el indígena se está expresando como movimiento nacional y, con ello, instando a cada uno de nosotros a repensar la cuestión indígena no sólo como una cuestión específica de una minoría o cualquier otro nombre que se le quiera dar. De cierta forma, nos está convocando a retomar las reflexiones de José Carlos Mariátegui (1894-1930) en cuanto a la centralidad de la cuestión indígena, el carácter de la revolución socialista entre nosotros y la cuestión nacional. Desde siempre, la cuestión indígena ha sido, sobre todo, una cuestión territorial y por tanto, parte del sistema mundo moderno-colonial y, por esta razón, es el meollo de la cuestión nacional.

A fin de cuentas, el momento original del sistema mundo se produjo con la invasión territorial de Abya Yala, para los españoles Indias Occidentales y sólo mucho después América, especialmente por la insistencia de la elite criolla (Porto-Gonçalves, 2009). Pero un día, el territorio gritó por la boca de los criollos que necesitaban decirse de aquí, de América, en contra de los de allá, de Europa; afirmar un régimen político propio, republicano, o contra la monarquía arrogante del conquistador/colonizador, aunque algunos se enamoraron de esta idea como en México y, sobre todo, en Brasil.

José María Caycedo (1830-1889) en su poema *Las Dos Américas* (1854) dará vida a la premonición de Bolívar, para la época, ya no solamente como una comprensión geopolítica profunda del Libertador, sino materializada en la guerra imperialista de los capitalistas estadounidenses contra los pueblos indígenas y que culmina con la usurpación de territorios a México em 1845-48. No se puede ver la usurpación de los territorios de México sino como parte de la violencia de fondo de la usurpación de los territorios a los indígenas.

Bolívar sintió en la piel la presión de las oligarquías a sus esfuerzos por reconocer los derechos de los negros, él que tanto se beneficiara del apoyo de los haitianos que intentaban la doble independencia: de las elites de afuera y de las de adentro, sobre todo, en cuanto a la esclavitud. Francia ya había manifestado con su revolución de 1789 que la libertad, igualdad y fraternidad no eran válidas al sur del Trópico de Cáncer. La misma burguesía que era revolucionaria en París explotaba el trabajo esclavo en Haití y era contra-revolucionaria en el Caribe.

Aníbal Quijano nos llamó la atención al decir que, aquí en

América el fin del colonialismo no significó el fin de la colonialidad. Continuamos aspirando a ser del primer mundo. El colonialismo, más que un sistema entre Europa y el resto del mundo, era un sistema interno a los distintos estados que desde entonces se forjaron por todos lados, tanto en Europa como aquí. La primera violencia que emanó con los nuevos estados fue teórica, esto es, llamar *estado nacional* a las nuevas formas geográficas de organización de las relaciones sociales y de poder. El estado que aquí nace con la independencia también se inspiró en los principios liberales fundados en la propiedad privada y, con ello, negó a los indígenas el derecho tradicional al uso comunal del territorio. Además, no tener propiedad privada era signo del atraso de estos pueblos. Que los liberales piensen así es natural, lo que no es lo mismo para un socialista, aunque así pensaran los sandinistas con relación a los Miskitos, o los revolucionarios bolivianos de 1952 cuando intentaron hacer la reforma agraria dividiendo los territorios comunales de los *ayllus* en propiedad privada campesina. Todo indica que la mayor parte de los marxistas ignora la correspondencia de Karl Marx (1818-1883) con Vera Zasulich (1849-1919) y su simpatía para con la híbrida propiedad familiar y comunal de los campesinos rusos – el *mir*. En fin, la cuestión indígena es al mismo tiempo una cuestión nacional y como tal, una cuestión immanente al sistema mundo moderno-colonial del que el estado (uni)nacional forma parte.

Immanuel Wallerstein nos ha llamado insistentemente la atención hacia el papel que el sistema de estados ha cumplido en la conformación del sistema mundo moderno, al que algunos autores añaden, colonial. La cuestión indígena está por todos lados mundializada en la propia medida que el sistema de estados es parte del sistema mundo. Toda la cuestión pasa a ser el sistema mundo que queremos frente al mundo que allí está.

Los zapatistas sugirieron “un mundo donde quepan muchos mundos”. Los neoliberales en todas partes intentan minar las conformaciones territoriales de poder que les obstaculizan sus objetivos. Para ello, atacan por todos los flancos al estado territorial (uni)nacional y echan mano de organizaciones no-gubernamentales a través de sus organismos (nada) multilaterales, como el Banco Mundial. Al mismo tiempo, la cuestión nacional que se forjó en contra de los pueblos originarios, los cimarrones (cumbes, quilombos) y campesinos – no en balde todas estas formaciones sociales están fuertemente territorializadas – es blandida contra el neoliberalismo ignorando la lucha histórica de los herederos de

Guaicaipuro, de Chirinos y el mismo Bolívar.

Al mismo tiempo que se abren ventanas con la crisis del imperio estadounidense y la emergencia de China como potencia mundial, algunos grupos/segmentos/clases sociales buscan afirmarse haciendo concesiones para la explotación minera y a los hacendados en territorios indígenas, ignorando las victorias obtenidas por los pueblos originarios en los foros internacionales, como la Convención 169 de la OIT de la cual Venezuela es signataria. Así, sea a través de ONGs, o sea a través de concesiones a empresas transnacionales, la cuestión de fondo permanece siendo

la misma: la ocupación de los territorios de los pueblos originarios por terceros. Y, lo más grave es que, cuando observamos los documentos que circulan en la internet, sea la *Hoja*

“Si queremos la verdadera soberanía respetemos los derechos de aquellos que siempre lucharán por liberar sus territorios de los invasores: los pueblos originarios. Parfraseando a Simón Rodríguez (1769-1854): ¡o inventamos un estado plurinacional que supere el colonialismo en sus diversas escalas, o erramos!”

de Ruta o *Carta de los Pueblos Indígenas* a ser entregada al Presidente Chávez, sean las declaraciones de Carlos Somero porta-voz de la recién creada Asamblea Nacional de los Pueblos Indígenas Cacique Guaicaipuro, publicada en la Agencia Venezolana de Noticias el 5/11/2010, ambos documentos proponen exactamente lo mismo, aunque se acusen recíprocamente de ser manipuladas, sea por ONGs o por el gobierno por sus concesiones a las empresas transnacionales.

Basta comparar lo que dice el documento *Hoja de Ruta* con las cuatro mesas de trabajo de la recién convocada Asamblea Nacional de Pueblos Indígenas Cacique Guaicaipuro, que debatieron temas como la demarcación de los territorios indígenas, la administración de justicia, la reforma de la Ley Orgánica de los Pueblos Indígenas y la creación de un organismo político nacional que reconozca la plurinacionalidad. No es necesario un gran esfuerzo analítico para ver que esta agenda de trabajo resultó de la reciente huelga de hambre de José María Korta y de la movilización que parece haber abierto canales de negociación con el gobierno.

Los indígenas, como todos sabemos, están lejos de constituir un todo uniforme, como toda y cualquier sociedad. La propia sociedad venezolana tiene una parcela significativa que es proestadounidense, como se puede ver en los medios anti-pueblo y en el propio color de la piel de la mayor parte de los que se ubican fuera de la revolución bolivariana.

En el caso específico del reciente ascenso de los pueblos indígenas, en particular el caso de los Yukpas, llama la atención el silencio de estos mismos medios con relación a la lucha de estos pueblos por la demarcación de sus territorios. Ellos bien saben que la demarcación de los territorios indígenas implica la expulsión de terceros, para el caso hacendados y mineros. De allí su silencio. Ahora bien, si tanto la *Hoja de Ruta* como las mesas de trabajo de la Asamblea Nacional de los Pueblos Indígenas Cacique Guaicaipuro tienen la misma agenda de trabajo, ¿qué es, en verdad, lo que mantiene a los indígenas divididos y acusándose recíprocamente de

manipulados? ¿No son los mediadores? En fin, ¿será que estamos preparados, *de verdad verdad*, a aceptar que los indígenas deben gobernarse a sí mismos, aunque en los marcos del sistema de estados que se conformó contra ellos?

Los indígenas jamás se propondrán el proyecto de forjar un estado nacional, aunque entre ellos también hayan medrado imperios como el Inca, en el que la hegemonía quechua se impuso a los aymaras y otros pueblos. Igual entre los Aztecas. De allí la importancia de retomar el pensamiento de Tupak Katari (1750-1781) y Bartolina Sissá (1750 o 1753-1782), aymaras, que supieron aliarse a Tupak Amaru (1742-1781), quechua, en la lucha contra los españoles (1780-81), sabiendo que luego tendrían que ajustar cuentas.

He allí que nos vemos en este cuadro histórico frente a los mismos desafíos: contra las ONGs y contra la concesión a empresas transnacionales de tierras y/o yacimientos mineros en territorios indígenas. Si queremos la verdadera soberanía respetemos los derechos de aquellos que siempre lucharán por liberar sus territorios de los invasores: los pueblos originarios. Parfraseando a Simón Rodríguez (1769-1854): ¡o inventamos un estado plurinacional que supere el colonialismo en sus diversas escalas, o erramos!

Que el espíritu de Guaicaipuro, de Chirinos, de Katari, de Rodríguez y de Bolívar, Martí y Mariátegui estén con nosotros.

Texto disponible en:

<[http://alainet.org/active/show_author.phtml?autor_apellido=Porto-Gon
%E7alves&autor_nombre=Carlos+Walter](http://alainet.org/active/show_author.phtml?autor_apellido=Porto-Gon%E7alves&autor_nombre=Carlos+Walter)>

INSTALAÇÃO DE FÁBRICA DA VOTORANTIM FORÇA DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS DE USO COMUM DOS AGRICULTORES DA COMUNIDADE DOS AREAIS DA RIBANCEIRA EM IMBITUBA-SC

*Silvio Marcio M. Machado
Associado Seção Local – Florianópolis
Coletivo de Tesouraria – DEN*

“A terra não pertence ao homem, o homem pertence à terra.”
(Frases do Chefe Seattle talhada em quadro de madeira na sede da ACORDI)

O litoral catarinense, sobretudo a sua porção centro-sul, enfrenta uma série de transformações que foram aprofundando-se com a duplicação da BR-101. Está ocorrendo um intenso avanço do grande capital sobre a região, grandes empreendimentos estão previstos para as cidades de Garopaba, Biguaçu, Palhoça e Paulo Lopes, entre os quais estão as empresas de Antônio Ermínio de Moraes, Daniel Dantas e Eike Batista.

A especulação imobiliária e a promessa de que estes investimentos trarão desenvolvimento e geração de emprego e renda proliferam-se cada vez mais. Contudo, o discurso não convence as comunidades de pescadores, as quais realmente precisam emprego e renda dignos na região, muito menos aos que garantem a reprodução de sua existência através de práticas ancestrais, alternando a agricultura com o uso comum da terra e a pescaria, a exemplo da Comunidade dos Areais da Ribanceira em Imbituba/SC.

A comunidade dos Areais da Ribanceira, localizada no município de Imbituba a aproximadamente 100 km ao sul de Florianópolis, é composta por mais 80 famílias, descendentes de açorianos, negros e indígenas. Essas famílias desenvolveram formas específicas de apropriação e uso dos recursos naturais,

baseada, sobretudo, no trabalho familiar e no uso comum das terras, por meio do cultivo itinerante da mandioca, a extração do butiá e o uso de ervas e plantas medicinais. Ocupam essas terras desde o século XIX, sendo possível verificar registros de documentos oficiais como comprovação do uso comum dos Areais da Ribanceira e proximidades desde então.

A comunidade dos Areais da Ribanceira continua utilizando essa área para suas práticas ancestrais, fazendo uso da terra não apenas para o seu sustento econômico, mas também para manter uma referência cultural açoriana, cada vez mais em desuso no litoral catarinense. A terra e os recursos oferecidos pela natureza são utilizadas de forma comum pelos agricultores e pescadores dos Areais, forma de uso que entra em desacordo com a propriedade privada e consequentemente com o modelo de desenvolvimento capitalista pensado para a região pela Votorantim e pela elite local.

Na década de 1970, durante o período da Ditadura civil/militar, houve a desapropriação de parte da área utilizada pela comunidade para a implantação de um pólo petroquímico. Entretanto, apenas uma indústria foi instalada na região, cuja vida útil de 13 anos deixou, além do fracasso a poluição que castigou a

comunidade com fortes chuvas ácidas e um amontoado de rejeito industrial ainda visível na paisagem próxima à sede da ACORDI.

Após o fracasso do pólo petroquímico e do abandono das terras por parte das indústrias as famílias voltaram a ocupar a área com as plantações e pesca artesanal. Esta área que até o ano de 2000 estava titulada em nome de empresas públicas, começou a ser privatizada, inicialmente de forma ilegal e depois mesmo legalizada, a venda ocorreu a preços irrisórios.

Os trabalhadores rurais, na tentativa de manter as suas terras, deram início a um processo organizativo que levou à fundação da ACORDI – Associação Comunitária Rural de Imbituba, que desde 2002 luta pela regularização fundiária destas



*Agricultores dos Areais da Ribanceira reunidos em assembleia.
Foto: Pepe Pereira dos Santos*

terras e pelo direito desses agricultores e pescadores dos Areais da Ribanceira continuarem a viver seu modo de vida.

Muitas são as iniciativas no sentido de garantir que estas terras sejam destinadas aos trabalhadores: em 2009 foi instaurado um processo administrativo no INCRA com a proposta de criar um Assentamento de Reforma Agrária e em 2010, outro processo administrativo foi instaurado visando o reconhecimento da comunidade dos Areais da Ribanceira enquanto comunidade tradicional. Os processos encontram-se em tramitação no INCRA.

A falta de uma intervenção mais contundente do poder público em defesa dos direitos da comunidade dos Areais da Ribanceira em garantir sua permanência nesta terra e de seu reconhecimento legal enquanto Comunidade Tradicional, compromete a permanência dessas famílias no local.

Histórico da venda irregular da área

Conforme o procurador Celso Tres, na liquidação da extinta estatal federal Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), restou patrimônio de cinco áreas no perímetro urbano de Imbituba, que somavam 257 hectares. Cerca de 75% dessas terras eram ocupadas pela comunidade dos Areais da Ribanceira. Em junho de 1998, a ICC licitou os bens, sendo vencedora a Cimento Rio Branco (Votorantim), que ofertou por eles R\$ 2,3 milhões. Porém, a empresa desistiu da compra.

Em fevereiro de 2000, a ICC deu os bens em pagamento de suas dívidas junto à Gaspetro, outra estatal federal. Em maio daquele ano, sem licitação ou avaliação dos bens, a Gaspetro vendeu tudo à Engesul por cerca de R\$ 1,4 milhão. Segundo o procurador Tres, a empresa não pagou os valores à estatal, que em 2003 aceitou a venda por valor menor: R\$ 1,1 milhão. Do total de terras, a Engesul vendeu 17 hectares para a Cimento Rio Branco, recebendo o mesmo valor cobrado pela Gaspetro na venda de todas as áreas: R\$ 1,1 milhão.

Para o MPF, a venda não foi precedida do devido processo licitatório, tendo em vista que a Gaspetro é uma sociedade de economia mista, integrante da administração pública indireta, e era proprietária de um bem público.

Fonte: <http://www2.prsc.mpf.gov.br/conteudo/servicos/noticias-ascom/ultimas-noticias/mpf-quer-garantir-posse-de-terras-para-comunidade-tradicional-de-imituba-tubarao>

Em 2002 a Comunidade dos Areais da Ribanceira esforçou-se para evitar o despejo de suas terras quando a empresa Engessul Indústria e Comércio LDTA, ajuizou ação de reintegração de posse contra os agricultores sobre a área de terra ocupada tradicionalmente por essa comunidade.

Em março de 2010 a comunidade foi surpreendida com a

publicação no Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina de despacho judicial determinando o cumprimento da sentença de desocupação em 30 dias, de uma área sem indenização e sem direito de retenção. Muitas famílias tiveram suas casas destruídas pela empresa, com apoio da Polícia Militar, e outras continuam com ameaça de serem despejadas, incluindo aí a sede da associação e o engenho de uso coletivo, onde as famílias produzem a farinha.

Uma das esperanças dos agricultores que trabalham essas terras é o seu reconhecimento pelo INCRA como comunidade tradicional para que possam reivindicar o decreto 6.040 de 2007 que dispõe sobre as comunidades tradicionais e assim garantir o uso dessas terras sem ter de conviver com o medo de perdê-las.

COMUNICADO DA DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS GESTÃO 2010 – 2012.

A Diretoria Executiva Nacional (DEN) da AGB, na gestão 2010/2012, procura intensificar as relações entre diferentes comissões de trabalho - Tesouraria, Publicações, Comunicações e Comissão de Articulação dos Grupos de Trabalhos (GTs).

1. Entendemos que as relações da Tesouraria com as Seções Locais refletem em primeira e última instância um fomento à participação dos associados na AGB. A finalidade maior da tesouraria da AGB Nacional não é acumular depósitos na conta bancária da entidade, mas discernir qual é a relação entre entradas e saídas contábeis que equacione da melhor maneira a segurança para a existência da AGB e ao mesmo tempo configure uma política de redução de custos e ampliação da acessibilidade dos associados aos encontros (ENG e Fala Professor), assim como o fomento a atividades necessárias à inserção da prática dos geógrafos na sociedade, tais como o incentivo à participação em fóruns e o fomento a publicações que subsidiem a exposição e a reflexão sobre as diversas frentes de atuação dos geógrafos.

Nas RGCs do biênio 2010/2012, estão sendo retomados e avaliados os indicativos do Fórum Financeiro realizado pela AGB em 2009. A relação das Seções Locais com a Tesouraria da AGB Nacional, em seu fundamento estatutário, remete a AGB a repensar sua própria relação com o Estado, seu enquadramento jurídico e contábil ao Novo Código Civil. A atenção às reais condições de atuação da imensa

maioria das Seções indica que a AGB não pode tomar esse enquadramento como um valor fundante em si mesmo para a atuação da entidade. É preciso rever criticamente as consequências da adequação literal ao Novo Código. Nesse sentido, a AGB tem buscado assessorias jurídicas e contábeis sensíveis aos princípios e propósitos da entidade, estando em curso a elaboração de alternativas estatutárias que desfaçam o nó jurídico e contábil que ameaça a existência legal das Seções e, por consequência, da própria AGB na sua totalidade.

2. Em relação a Publicações, um objetivo central é tanto resgatar uma identidade inicial que caracterizou a Revista Terra Livre quanto atualizar essa identidade face ao contexto brasileiro e global. A Terra Livre priorizará e buscará incentivar a produção de textos relacionados aos GTs, tanto aqueles múltiplos vinculados às Locais quanto aqueles que expressam articulações nacionais. Procurará fomentar a qualidade da análise, mas igualmente procurará estabelecer elos entre a qualidade acadêmica e atuação política da AGB, afinal as dimensões teóricas e políticas só podem ser vistas como dissociadas numa concepção positivista. A compreensão é a de que as publicações da entidade devem configurar uma reflexão vinculada à recursividade entre a teoria e a prática que convergem na práxis. Sinteticamente: a Terra Livre deve se constituir como um referencial para a práxis, condensando e comunicando resultados de atuações e, nesse sentido, devolvendo subsídios e energias para a atuação dos geógrafos na sociedade. O conselho editorial da Terra Livre foi recomposto a partir de indicações feitas pelas Seções Locais, através de um processo que visou ampliar a organicidade da AGB com suas bases e também reforçar o caráter não estritamente acadêmico da Revista. A Terra Livre passará a ser distribuída sem custos às Seções Locais, presentes nas RGCs, para que as mesmas disponham os exemplares junto aos associados, do modo que melhor julgarem. Tal política visa reforçar a efetiva circulação da Revista entre os associados. Com base no mesmo objetivo de intensificar a relação entre as publicações e a práxis, a DEN 2010/2012 entende que outras publicações podem ser apoiadas pela AGB, notadamente aquelas vinculadas a atuações de GTs locais junto a movimentos sociais. Assim, por exemplo, a AGB já apoiou a publicação de caderno vinculado às lutas populares nos Arais da Ribanceira, em Santa Catarina, sabendo que a publicação do caderno, além de mobilizar a própria organização popular, também se constituiu em documento

importante sob o ponto de vista jurídico para as lutas dos trabalhadores da região.

3. A política de Comunicações visa igualmente reforçar esse significado, relacionado à práxis, da notícia/relato que é tanto resultado de uma atuação quanto subsídio oferecido para outras. Numa continuidade em relação à gestão 2008/2010, a atual DEN prossegue na consolidação do sítio da AGB construído com programas livres e que funcione como memória da entidade e veículo de notícias, manifestos e de publicações. Na sequência da construção da página eletrônica, devem ser implantados fóruns de discussões relacionados aos GTs articulados nacionalmente. Do mesmo modo, busca consolidar a implantação do sistema webnode, como um propiciador em programa livre para as páginas das Locais ligadas com a página da AGB Nacional. O webnode, que permite também a criação de fóruns de discussões, já está sendo utilizado pela maioria das Locais e a AGB Nacional continua disponibilizando sua assessoria para aquelas Seções que desejarem iniciar suas páginas com a implantação do sistema.

Numa articulação muito próxima com Publicações e GTs, a política de Comunicações também resgata uma prática anterior da AGB, que é a da criação de um jornal eletrônico. Em parte coincidente com o sítio no que diz respeito às matérias, por outro lado diferencia-se desse pela extensão dos textos e imagens, pelo modo de organizar a sua visualização na página inicial, pela variedade de tratamentos possíveis que serão dados às matérias e pela possibilidade de criar edições que, com suas datas correspondentes, criarão uma memória das atividades da AGB em diferentes períodos. A proposta do jornal é que, ainda que sua primeira edição esteja a cargo principalmente da DEN, ele vá agregando em sua comissão editorial membros indicados pelas Seções e pelos GTs e que, assim, ele passe a ser resultado de um coletivo ampliado.

4. A DEN 2010/2012 entende que a Geografia e a AGB encontram seu sentido pleno na ampliação de sua capacidade de participar da construção da sociedade. É nesse sentido que propomos que os GTs assumam a centralidade da AGB. Eles são pensados como espaços da produção coletiva de posicionamentos da entidade, que, sendo um fórum de construção de Geografias, exerce atuação "na Geografia" e "na Sociedade", esferas que apenas como recurso didático-explicativo

podem ser separadas, já que concepções de Geografia são também concepções de mundo e de sociedade. Os GTs são fóruns onde geógrafos se articulam em torno de temáticas, que exigem acúmulo e intervenção, com o objetivo de elaborar posições políticas. Os GTs materializam o papel histórico da AGB de ser instrumento de intervenção dos geógrafos na sociedade. Sejam locais e exercitados presencialmente em seus cotidianos, ou articulados nacionalmente e sustentados pelos meios informacionais, a produção coletiva de posicionamentos é a essência dos GTs. Propor pautas, discutir pautas, disseminar discussões, tensionar a comunidade para uma discussão, são também papéis dos GTs.

A DEN se coloca como suporte para estas atuações, mobilizando seus recursos políticos e informacionais. Página eletrônica da AGB, Revista Terra Livre, Jornal eletrônico, Informativo e outras publicações, são recursos à disposição dos GTs para seus encaminhamentos e discussões. Diálogos institucionais, moções, ofícios institucionais, são ações da DEN cujo sentido deve emanar de construções coletivas. Acreditamos que os GTs são os espaços para essas construções coletivas e democráticas, por uma sociedade que supere a democracia como sistema apenas formal e representativo e avance em direção a uma democracia efetiva, construída mais por participação do que por delegação de poder.

5. Em articulação com as Comissões, trabalham a Secretaria, a Presidência e a Vice-Presidência da DEN. A Secretaria volta-se, sobretudo, para o estabelecimento de relações com as Seções Locais e os associados, materializadas na sistematização e divulgação das informações e posicionamentos da entidade através do agbinterseções, bem como da organização da administração cotidiana do contato com outras entidades e fóruns da sociedade civil.

A Presidência e a Vice-Presidência da DEN igualmente atuam na articulação e sistematização das várias frentes de trabalho, assim como representam a AGB diante da sociedade civil, ressaltando-se que tal representação é feita em acordo com o princípio da construção coletiva dos posicionamentos da entidade.

Coletivo DEN Gestão 2010-2012

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES: INFORME SOBRE A REVISTA TERRA LIVRE

CRONOGRAMA DE CHAMADAS DE CONTRIBUIÇÕES PARA A TERRA LIVRE

Colocamos em perspectiva as chamadas de contribuições para a Revista Terra livre com duplo objetivo. O primeiro busca pautar questões e temas ao debate da comunidade de geógrafos. O segundo busca indicar aos interessados o tempo necessário à preparação dos originais segundo o tema solicitado e, ao mesmo tempo, organizar de forma mais adequada as atividades da Coordenação e do Conselho Editorial.

As chamadas estão desde já abertas e encerrar-se-ão no prazo estipulado. Solicita-se aos autores a indicação do N° da Revista proposto. Longe da definição pronta e acabada, tal processo busca dialogar antecipadamente, através de todos os meios, com a comunidade de geógrafos e para tal está aberto às críticas e sugestões, às quais desde já agradecemos.

AGB, na 105ª e 106ª RGCs, produziu a recomposição do Conselho Editorial a partir de indicações de dois membros por Seção Local, por GT nacional e pela Coordenação de Publicações. Aproveitamos para agradecer os membros dos Conselhos Editoriais anteriores pelos ótimos serviços prestados à Terra Livre e gostaríamos que permanecessem como pareceristas Ad Hoc, caso assim desejem e se manifestem. Foi definido na 105ª RGC a criação de uma seção GT na Revista com o objetivo de trazer ao debate a produção dos GTs constituídos nacionalmente. Para tal acolheremos textos produzidos pelos GTs e/ou indicados pelos mesmos para compor a referida seção.

Certos de contar com a colaboração dos agebeanos, agradecemos.

No. 36 – A produção do espaço brasileiro: a abstração real

Ementa: Este número da Terra Livre busca trazer ao debate contribuições que reflitam criticamente o processo de produção do espaço brasileiro recente. Em tempos da hegemonia da ideologia desenvolvimentista, o país torna-se alvo de inúmeras intervenções na sua estrutura e na dinâmica social. Obras de grande impacto e mega eventos projetados são alardeados como a definitiva afirmação do Brasil rumo ao desenvolvimento. Neste percurso são produzidas as contradições e atropeladas conquistas históricas de parcelas significativas do povo brasileiro sujeitas às remoções violentas de seus territórios e da impossibilidade da reprodução das suas formas de vida. A ação simbiótica entre Estado e Capital coloca questões aos geógrafos acerca dos compromissos que o conhecimento estabelece com a sociedade.

Prazos: Submissão de artigos - 10/07/2011

No.37 – A arte de viver o espaço para todas gerações

Ementa: Contrapondo-se às ações do Estado e do Capital, busca-se com este número da Revista trazer ao debate as reflexões e relatos que analisem as experiências de movimentos sociais e/ou grupos na produção direta de suas espacialidades. Emergem daí situações contraditórias no limite da sobrevivência. Conflitos, êxitos, retrocessos, estratégias, táticas e utopias marcam tanto o corpo quanto o território. Desvendar tais situações deve permitir aos geógrafos refletir sobre os termos de suas produções.

Prazos: Submissão de artigos – 20/09/2011

No. 38 –Epistemologia e Educação: a solidariedade contraditória entre conhecimento e sociedade

Ementa: Projetando-se ao XVII ENG, este número da Revista busca trazer contribuições que explicitem teoricamente o fazer geográfico, seja no campo epistemológico seja no campo da educação em sentido amplo, isto é, não apenas nas formas institucionalizadas do ensino formal, mas também nas experiências outras do processo de formação da consciência e da práxis. Trata-se de colocar questões às nossas elaborações verificando o alcance e limites das mesmas ao decifrar a realidade. Para tal devemos inquirir o arcabouço teórico, metodológico, discursivo, técnico e prático do conhecimento geográfico em suas várias manifestações.

Prazos: Submissão de artigos - 20/02/2012

LEMBRETES IMPORTANTES

• A AGB tem uma lista de discussões referentes aos encaminhamentos da entidade a “agbinterseções”, esta lista está aberta a participação de todos os associados desde 2008. Para entrar na lista envie um email para:

agbintersecoes-subscribe@yahoo.com.br

• O site da AGB está sendo atualizado constantemente pela comissão de comunicações, no site podemos encontrar informações e textos referentes aos GT's, Seções Locais, Revista Terra Livre, o Estatuto da AGB entre outros. Acesse: <http://www.agb.org.br/>

• Confira a Ata da 106ª RGC – Belo Horizonte que já foi disponibilizada na lista de emails agbinterseções.

• Lembramos que a próxima RGC será em SP de 23 a 26 de Junho de 2011.

• No site <http://www.agb.org.br/> no link *Revista Terra Livre* você tem acesso aos números da Revistas já publicados.

• Todas as seções locais em dia com a prestação de contas e que já entregaram os talonários de 2010 podem solicitar os talonários pelo e-mail nacional@agb.org

Associação dos Geógrafos Brasileiros Coletivo DEN Gestão 2010 – 2012

Aracício de Freitas Barbosa Neto – **Comunicação** (Florianópolis)

Caio Tedeschi – **Secretário da DEN**

Charles da França Antunes - **Comissão Publicações** (Niterói)

Claudinei Lourenço - **Coord. de Publicações** - (Belo Horizonte)

Cláudio Ubiratan Gonçalves – **Comissão Publicações** - (Recife)

Cristiano Silva da Rocha Diogenes – **Comunicação** - (Campinas)

Daniel Baliu Fiamenghi – **Comunicação** - (São Paulo)

Eduardo Luiz Damiani Goyos Carlini – **Comissão Tesouraria** - (São Paulo)

Eduardo Maia - **Articulação GT's** - (Viçosa)

Evelin Cunha Biondo - **Comissão Secretaria** - (Porto Alegre)

Fernando Conde Veiga - **1º Tesoureiro** - (Belo Horizonte)

Heitor Oliviera - **Vice-Presidente** - (Recife)

Hindenburg Francisco Pires – **Comunicação** - (Rio de Janeiro)

Lara Schmitt Caccia - **Comissão Tesouraria** - (Porto Alegre)

Leandro Evangelista Martins - **2º Secretário** - (São Paulo)

Leandro Monteiro Dal Bó – **Comunicação** - (Florianópolis)

Nelson Rego - **Presidente** - (Porto Alegre)

Paulo Cabral Lage - **Comissão Tesouraria** - (Belo Horizonte)

Paulo César Scarim – **Aux. de Coord de Publicações** - (Vitória)

Paulo Roberto Raposo Alentejano - **1º Secretário** - (Rio de Janeiro)

Pedro Henrique Oliveira Gomes – **Comunicação** - (Rio de Janeiro)

Rafael Muniz Pacchiega – **Comissão Tesouraria** (São Paulo)

Renata Ferreira da Silveira – **Comissão Secretaria** - (Porto Alegre)

Renato Emerson Nascimento dos Santos – **Articulação GT's** - (Rio de Janeiro)

Silvio Marcio Montenegro Machado - **2º Tesoureiro** – (Florianópolis)

Comissão Editorial

Aracício de Freitas Barbosa Neto

Claudinei Lourenço

Cláudio Ubiratan Gonçalves

Gláucia Bastos do Amaral

Joana Wosgrau Camara

João Garcia Neto

João Marcelo Vela

Leandro Monteiro Dal Bó

Livia de Seixas Torres Corigliano

Máira Abreu Guimarães

Silvio Marcio Montenegro Machado